
ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA RURAL EM ECONOMIAS EM DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE INTEGRADA

Rural financial literacy in developing economies: an integrated analysis

Maria Vanessa Silva dos Reis

Administradora. Doutoranda em Administração e Controladoria. Mestra em Economia Rural. Universidade Federal do Ceará.
Av. da Universidade, 2431, Campus Benfica, 60020-180, Fortaleza, Ceará, Brasil. vanessareis6622@gmail.com

Robério Telmo Campos

Agrônomo. Doutor em Economia. Professor. Universidade Federal do Ceará. Av. Mister Hull, 2977, Bloco 826, Campus do Pici, 60020-181, Fortaleza, Ceará, Brasil. roberiotcampos@gmail.com

José de Jesus Sousa Lemos

Engenheiro Agrônomo. Doutor em Economia Rural. Professor. Universidade Federal do Ceará. Av. Mister Hull, 2977, Bloco 826, Campus do Pici, 60020-181, Fortaleza, Ceará, Brasil. joselemos2502@gmail.com

Kilmer Coelho Campos

Administrador. Doutor em Economia Aplicada. Professor. Universidade Federal do Ceará. Av. Mister Hull, 2977, Bloco 826, Campus do Pici, 60020-181, Fortaleza, Ceará, Brasil. kilmer@ufc.br

Clébia Mardônia Freitas Rabelo

Economista Doméstica. Doutora em Educação. Professora. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Av. da Abolição, 03, Centro, 62790-000, Redenção, Ceará, Brasil. clebiaf@unilab.edu.br

Resumo: Em virtude da complexidade crescente das transações financeiras em panoramas macroeconômicos, a constatação do analfabetismo financeiro não apenas suscita questões significativas no contexto das políticas públicas, mas também acarreta consequências no comportamento financeiro, especialmente, de residentes rurais, devendo-se, historicamente, às dificuldades de acesso às informações. Nesse contexto, este estudo objetiva mensurar o nível de alfabetização financeira dos moradores da zona rural do Município de Capistrano - CE, em relação ao conhecimento, atitudes e comportamento financeiros. Com esse propósito, optou-se por utilizar um questionário estruturado, que foi administrado a 175 residentes rurais. O método adotado foi a análise discriminante, que permitiu a classificação dos participantes em grupos, a saber: baixo, médio e alto nível de AFR, com a validação sólida destes. Os resultados deste estudo evidenciaram que a população examinada apresenta um nível baixo de AFR, validando a suposição amplamente presente na literatura internacional de que os habitantes das áreas rurais têm uma menor probabilidade de compor o grupo com nível elevado de AF. Este estudo enfoca a conexão entre a AF e o contexto rural, buscando identificar estratégias para a promoção do desenvolvimento rural sustentável e econômico, ressaltando-se, assim, a relevância de futuras investigações em demais espaços rurais.

Palavras-chave: Alfabetização Financeira, Ruralidade, Desenvolvimento, AFR, Discriminante.

Abstract: Due to the increasing complexity of financial transactions in macroeconomic scenarios, the observation of financial illiteracy not only raises significant questions in the context of public policy, but also has consequences for financial behavior, especially among rural residents, historically due to difficulties in accessing information. In this context, this study aims to measure the level of financial literacy among residents of the rural area of the municipality of Capistrano, Ceará, in relation to financial knowledge, attitudes, and behavior. To this end, a structured questionnaire was administered to 175 rural residents. The method adopted was discriminant analysis, which allowed the classification of participants into groups, namely: low, medium, and high levels of RFL, with solid validation of these. The results of this study showed that the population examined has a low level of RFL, validating the assumption widely present in the international literature that rural dwellers are less likely to be part of the group with a high level of FL. This study focuses on the connection between FL and the rural context, seeking to identify strategies for promoting sustainable and economic rural development, thus highlighting the relevance of future investigations in other rural areas.

Keywords: Financial literacy, Rurality, Development, RFL, Discriminant.

1 INTRODUÇÃO

O reconhecimento da importância da alfabetização financeira (AF) como uma habilidade primordial para os indivíduos ganhou destaque no cenário financeiro global. Como resultado, os governos em todo o mundo estão demonstrando um interesse crescente em adotar abordagens eficazes para aprimorar o nível de alfabetização financeira da população. Isso está sendo alcançado por meio da implementação de estratégias nacionais de educação financeira (EF), com o propósito de ofertar oportunidades de aprendizado em todos os níveis educacionais (Atkinson; Messy, 2012; Reis, 2023).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) identificou, em maio de 2020, cerca de 70 países e economias em todo o mundo trabalhando em projetos que adotaram a implementação de estratégias nacionais de EF. O Brasil faz parte dessa lista desde 2010, quando instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio do Decreto nº 7.397/ 2010, renovada no ano de 2020, pelo Decreto nº 10.393/ 2020, sendo um dos países do G20 que adotaram essa iniciativa como política de Estado de caráter permanente (Reis, 2023).

Apesar dos esforços dedicados ao aprimoramento, o analfabetismo financeiro ainda se mostra presente em contextos diversos. Estudiosos destacam que uma parcela significativa da população ainda enfrenta dificuldades com a carência de alfabetização financeira, justificando a necessidade urgente de adotar medidas para a resolução desse problema, sendo crucial para a promoção do crescimento econômico em qualquer economia global (Aggarwal et al., 2014; OCDE, 2020).

Em ultrapasse a esses fatos, surge a seguinte questão de pesquisa: qual o nível de alfabetização financeira dos moradores da zona rural do Município de Capistrano (CE), quando se trata de conhecimento, atitudes e comportamentos financeiros? Com o propósito de responder o questionamento gerado, este estudo objetiva mensurar o nível de alfabetização financeira dos moradores da zona rural do Município de Capistrano (CE), em relação ao conhecimento, atitudes e comportamento financeiros. O município se destaca como um dos que apresentam predominância significativa de áreas rurais no território rural do Maciço de Baturité (IBGE, 2020).

Nesse sentido, este estudo adota a abordagem da alfabetização financeira rural (AFR), visando compreender as práticas financeiras do homem do campo, que não se caracteriza apenas como proprietário de pequenas propriedades rurais, mas, também, como potencial empreendedor que desempenha um papel vital na geração de riqueza e emprego para a sua família e comunidade.

Com efeito, a investigação ora sob relato está assim estruturada: a introdução, com a visão geral da pesquisa. Em seguida, tem-se a revisão de literatura, a qual oferece fundamentação para o estudo, com as principais temáticas referentes à AF e à ruralidade. Seguidamente, está expressa a metodologia, baseando-se nos trabalhos de Potrich (2016), Potrich et al. (2016) e OCDE (2020). Logo após, encontram-se os resultados e discussão. E, por fim, são expostas as considerações finais mais relevantes acerca do estudo realizado, bem como as limitações e sugestões para pesquisas futuras.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, indicam-se os tópicos que fundamentam o estudo, organizados de modo a oferecer uma compreensão progressiva dos elementos conceituais que sustentam a investigação.

2.1 Alfabetização financeira: conceitos e instrumentos

A maioria das pesquisas que abordam essa seara de exame destaca a ambiguidade na utilização dos termos “alfabetização financeira” e “educação financeira”, um ponto confirmado por Huston (2010) ao apontar que essas expressões são frequentemente utilizadas de forma intercambiável. Consequentemente, um dos desafios, que é justificado pela ausência de uma medida padronizada para a avaliação do nível de alfabetização financeira, reside na confusão que surge na compreensão da diferenciação, visto que a AF abrange conceitos mais vastos do que os referentes à EF (Huston, 2010).

Robb, Babiarz e Woodyard (2012) estabelecem uma distinção entre os termos conceituais, argumentando que a AF vai além do conhecimento financeiro, envolvendo a capacidade, inclusive, de compreender informações financeiras e tomar decisões assertivas com base nessa compreensão. Em contrapartida, a EF é limitada à aquisição de conhecimento financeiro, representando apenas a retenção de informações (Hung et al., 2009).

Jobim e Losekann (2015) afirmam que a AF desempenha um papel fundamental para capacitar os indivíduos a tomarem decisões financeiras mais informadas e eficazes em suas vidas, implicando na manifestação do exercício da cidadania na forma como a pessoa gerencia sua renda, gastos, empréstimos, poupança e investimentos. Remund (2010), após examinar uma amostra de cem fontes de pesquisa, destaca que as diretrizes de AF podem ser agrupadas em cinco categorias distintas: a) Compreensão dos conceitos financeiros; b) Capacidade de expressar-se utilizando esses conceitos; c) Competência na gestão das finanças pessoais; d) Habilidade para tomar decisões financeiras; e) Planejamento eficaz para as necessidades futuras.

Entretanto, diante das definições supramencionadas, destaca-se aquela apresentada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que define a AF como uma combinação de habilidades, consciência, conhecimento, atitudes e comportamentos fundamentais para a tomada de decisões financeiramente sólidas e para a conquista do bem-estar financeiro individual (OCDE, 2020). Nesse sentido, a OCDE divide a AF em três dimensões distintas: conhecimento financeiro, atitudes financeiras e comportamento financeiro.

De acordo com Potrich (2016), o conhecimento financeiro representa o acúmulo de conhecimento humano à extensão do ciclo de vida, adquirido por meio do aprendizado sobre tópicos relacionados à habilidade de gerenciar de maneira eficaz e eficiente as finanças pessoais, abrangendo aspectos como receitas, despesas e poupanças. A dimensão do conhecimento foi proposta por Grable e Joo (2006) como um elemento que abrange fatores como satisfação financeira, comportamentos e atitudes financeiras, que são influenciados pelas interações e trocas de informações em grupos.

No que diz respeito à dimensão do comportamento financeiro, a OCDE (2020) a considera como um componente fundamental da AF, já que os benefícios associados, como o planejamento de gastos e a construção de segurança financeira, estão intrinsecamente ligados a esse fator. A realização dessas ações resulta de tomadas de decisão, e apenas o conhecimento financeiro não é suficiente para instigar essas mudanças no comportamento, situando-o como um fator determinante da AF (Potrich, 2016).

A dimensão seguinte refere-se às atitudes financeiras. A atitude financeira é descrita como uma convergência de ideias, conhecimento e sentimento em relação à aprendizagem, resultando em uma predisposição para reagir de forma favorável (Shockey, 2002). Ressalta-se ainda a influência direta nessa dimensão da gestão do dinheiro, sendo moldada pelas experiências econômicas individuais de cada pessoa (Fazio et al., 2004).

Conforme Nascimento *et al.* (2016), nas primeiras pesquisas relacionadas à AF, era comum o uso de métodos de avaliação que se baseavam na média de respostas corretas em testes específicos (Danes; Hira, 1987). Os resultados dessas avaliações foram organizados em três categorias, conforme delineado no Quadro 1.

Quadro 1 – Média de acertos para mensurar a alfabetização financeira

Mensuração da alfabetização financeira	
Alto nível de conhecimento	Rendimento acima de 80%
Médio nível de conhecimento	Rendimento entre 60% e 79%
Baixo nível de conhecimento	Rendimento abaixo de 60%

Fonte: Elaboração própria (2023).

Segundo Potrich et al. (2016), não há uma maneira usual para mensurar a alfabetização financeira. Isso não quer dizer, contudo, que não há consistência na maneira como a AF foi medida na literatura, visto que existem questões que aparecem regularmente nas pesquisas, porém, não são utilizadas de

modo padronizado. Ainda que seja importante analisar como as pessoas são financeiramente alfabetizadas, na prática, existe a dificuldade de explorar a maneira como as pessoas processam as informações financeiras e tomam suas decisões baseadas nesse conhecimento, considerando que a alfabetização financeira abrange uma série de conceitos, incluindo o próprio conhecimento financeiro e a consciência, as habilidades e a capacidade financeira. Dessa maneira, mensurar o nível de alfabetização financeira é algo complexo (Lusardi; Mitchell, 2011).

Segundo a OCDE (2020), a adequada mensuração da alfabetização deve basear-se em uma gama de conhecimentos e habilidades associadas com o desenvolvimento da capacidade de lidar com exigências financeiras cotidianas no âmbito da sociedade contemporânea. Configura-se, portanto, de relevo determinar não apenas se a pessoa tem a informação, mas, também, se ela sabe aplicá-la de maneira adequada (Huston, 2010). A ausência de uma métrica padronizada e uniforme para a AF não impediu o surgimento de uma quantidade específica de literatura, em sua maioria de origem internacional, que explora a conexão entre a AF e seus fatores associados (Potrich, 2016). Nesse contexto, no Quadro 2, são apresentadas algumas das principais ferramentas desenvolvidas com o propósito de avaliar o nível de AF.

Quadro 2 – Principais ferramentas para a mensuração do nível de AF

Ferramentas	Aspectos para mensuração
<i>Financial Literacy Survey</i> é promovida pela <i>National Foundation for Credit Counseling</i> (NFCC) e pela <i>The Network Branded Prepaid Card Association</i> (NBPCA). Aplicada nos Estados Unidos.	25 questões que abordam aspectos do orçamento, gastos e poupança, do pagamento de contas, dos cartões de crédito e débito pré-pago, do conhecimento de finanças pessoais e dos problemas financeiros, além de aspectos socioeconômicos.
<i>Financial Industry Regulatory Authority</i> (FINRA) <i>Investor Education Foundation</i> presidiu um estudo denominado <i>National Financial Capability Study</i> (NFCS), o primeiro de seu tipo a ser realizado nos Estados Unidos.	130 perguntas divididas em cinco seções. A seção socioeconômica e demográfica contém perguntas que avaliam a idade, o sexo, a renda, o estado civil, a escolaridade, a condição de minoria, as condições de vida, a situação de emprego e os dependentes. As demais seções da pesquisa centram-se em quatro componentes da capacidade financeira: o pagamento de despesas, o planejamento financeiro realizado com antecedência, a gestão de produtos financeiros, a tomada de decisões e o conhecimento financeiro.
<i>Organization for Economic Co-operation and Development</i> (OECD), por meio da <i>International Network on Financial Education</i> (INFE). Aplicada em diversos países.	Conhecimento financeiro: 8 perguntas visando à compreensão de cálculos de juros, a relação entre inflação e retorno, a inflação e os preços, o risco e o retorno, bem como o papel da diversificação na redução do risco. Comportamento financeiro: 8 questões sobre o acesso a produtos financeiros, as despesas, o comportamento relacionado com o pagamento antecipado de faturas, o planejamento e o monitoramento do orçamento familiar, os hábitos de poupança e as propensões aos empréstimos. Atitude financeira: três questões que relacionam a extensão da crença no planejamento, a propensão a poupar e a propensão a consumir.
Pesquisa de Chen e Volpe (1998).	Poupança, empréstimos, seguros e investimentos.
Pesquisa de Matta (2007) no Brasil sobre informação financeira pessoal.	Gestão financeira, crédito pessoal, consumo e investimento e poupança.
Potrich, Vieira e Kirch (2016) no Brasil.	Termômetro de alfabetização financeira – classificar os indivíduos com alto ou baixo nível de alfabetização financeira, utilizando três questões do tipo <i>Likert</i> de cinco pontos para medir a atitude financeira e cinco de comportamento financeiro, além de treze questões de múltipla escolha para mensurar o conhecimento financeiro.

Fonte: Adaptado de Potrich (2016).

Ex-postitis, as ferramentas também dimensionam, em sua maioria, o conhecimento financeiro, com foco em aspectos tais como as taxas de juros, a inflação, a diversificação de risco, empréstimo, consumo e gasto, e poupança (Potrich, 2016). Os estudos mais recentes, todavia, consideram como parâmetro o modelo desenvolvido pela OCDE (2020), que abrange as dimensões do conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira.

Ademais, alguns aspectos da alfabetização financeira são utilizados para determinar o bom ou mau comportamento financeiro e, assim, determinar o baixo ou elevado nível de sucesso, como é proposto por Potrich (2016). Esses autores sugerem modelos e componentes específicos da alfabetização financeira que, relacionados às características socioeconômicas e demográficas, obtêm influência na obtenção do sucesso financeiro.

2.2 Educação no campo e Analfabetismo Financeiro Rural

Conforme argumentado por Pereira e Castro (2021), a modernização do Brasil, com o objetivo de transformá-lo em uma nação com uma economia industrializada e influente no cenário global, depende de vários pilares fundamentais. Tais pilares incluem uma agricultura eficaz, uma indústria nacional robusta, infraestrutura de qualidade e um sistema educacional sólido. No entanto, ainda de acordo com os autores, dentre os requisitos essenciais para o desenvolvimento, a área em que o Brasil demonstrou menor progresso, à extensão do século XX, foi a educação (Reis, 2023).

Há uma crescente disparidade entre as áreas urbanas e rurais no cenário brasileiro, e essa diferença se torna cada vez mais evidente. Mesmo com a “Revolução Verde”, vivenciada nas décadas de 1960 e 1970 no campo, as áreas rurais continuam apresentando indicadores socioeducacionais desfavoráveis, especialmente em regiões que não estão diretamente ligadas ao agronegócio brasileiro e dependem de atividades menos capitalizadas. Isso resulta em um ciclo vicioso de pobreza. O acesso à educação de qualidade ainda não é equitativo em todo o território brasileiro, persistindo diferenças significativas entre as regiões, os estados e os municípios. Apesar da implementação de políticas públicas nas últimas décadas, como as que vinculam a frequência escolar à transferência de renda, as condições educacionais nas áreas rurais ainda não alcançaram a mesma estabilidade das áreas urbanas (Pereira; Castro, 2021; Reis, 2023; Ferraro, 2012).

De acordo com Pereira e Castro (2021), o estabelecimento de serviços educacionais no meio rural teve seu início no final do século XIX. Essa evolução da educação no campo foi impulsionada pela necessidade de mão de obra especializada nas atividades agropecuárias. No entanto, a expansão das instituições de ensino nas áreas rurais foi tardia e desigual em comparação com as áreas urbanas, à extensão temporal e territorial (Pereira; Castro, 2021; Reis, 2023). Nesse sentido, a alfabetização financeira surge como uma ferramenta de valorização do processo de trabalho como uma base educacional no meio rural, demonstrando que não se trata apenas de reconhecer o trabalho físico, mas também a valorização do trabalho intelectual e financeiro, os quais são aplicados em diversas situações (Reis, 2023). Essa necessidade de ampliar e ressignificar as formas de educação no campo torna-se ainda mais evidente diante das transformações sociais e econômicas recentes.

Muitos brasileiros estão avançando gradualmente nas camadas sociais desfavorecidas, aumentando sua renda e obtendo acesso a produtos e serviços financeiros. No entanto, a falta de conhecimento financeiro adequado continua a ser um desafio persistente (Reis, 2023). Uma das principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas é a capacidade de planejar adequadamente, em longo prazo, para a aposentadoria, uma vez que esta não é mais assegurada integralmente pelo Estado, tornando-se pertinente reavaliar as decisões relacionadas à aquisição de imóveis e bens consolidados, bem como compreender as novas formas de crédito e dominar a necessidade de tecnologia para condução de transações financeiras básicas (Savoia et al., 2007).

Nos últimos anos, os governos têm procurado aumentar a disponibilidade de crédito como meio de promover o consumo de bens e serviços e, consequentemente, contribuir para a produção. No entanto, o consumo das famílias por si só não tem a capacidade de estimular investimentos que gerem empregos e, por sua vez, aumentem a renda. Para complicar ainda mais essa situação, muitos indivíduos, despreparados para avaliar o impacto em seus orçamentos, buscam avidamente o crédito fácil. Esse aumento descontrolado do crédito acaba resultando em níveis elevados de inadimplência. Como resultado, os empréstimos são suspensos e a atividade econômica diminui. Essa série de ações cria um ciclo vicioso de expansão e contração do crescimento (Savoia et al., 2007; Reis, 2023).

Conforme indicado por Pontara (2019), quando aplicado à realidade rural, esse cenário não é diferente, sendo vivenciado de forma ainda mais acentuada devido à notável disparidade entre as esferas rural e urbana. Em contrapartida, além do conhecimento financeiro, a adoção de comportamentos e atitudes financeiras positivas, em prol da estabilidade financeira, oferece meios para que as comunidades rurais possam prosperar, administrar seus recursos e alcançar a inclusão financeira (Reis, 2023).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa, constituída em nível de mestrado, foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, que é credenciado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde. O objetivo do comitê é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A submissão foi feita através da Plataforma Brasil, que é a base nacional de registro de pesquisas envolvendo seres humanos. O projeto foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Ceará (UFC) e aprovado com o número de identificação 65373422.8.0000.5054 (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE).

Na revisão de literatura deste estudo, foram definidas as *proxies* utilizadas e o público-alvo mensurado e analisado, seguindo as recomendações da OCDE (2020), que abrangem conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira. Trata-se de um estudo de caso aprofundado, que preserva a unidade do objeto analisado em contextos complexos, aliado à realização de uma pesquisa exploratória para atender aos objetivos propostos (Gil, 2010). Foi adotada uma estratégia de pesquisa por meio de uma *survey*, utilizando questionários estruturados para obter informações específicas dos entrevistados. A abordagem desta pesquisa é quantitativa, visando compreender o comportamento e minimizar a heterogeneidade dos dados através de métodos estatísticos. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário estruturado, com base em pesquisas anteriores de Potrich (2016), Potrich et al. (2016) e OCDE (2020).

O texto ora sob relato aborda a aplicação da pesquisa na zona rural de Capistrano, localizada no território rural do Maciço de Baturité, no interior do Estado do Ceará. Essa região compreende 13 municípios e conta com uma população de aproximadamente 240 mil habitantes, enfrentando dificuldades climáticas, exclusão social e pobreza. As políticas públicas da região são incipientes e não conseguem atender às necessidades e exigências impostas pela situação. A maior concentração populacional na região é na zona rural (54,84%), com o Município de Capistrano tendo uma população predominantemente rural de 10.851 habitantes, representando o quinto município com a maior população rural na região Maciço de Baturité. A economia local é baseada no comércio, agricultura (algodão, cana-de-açúcar, arroz, milho e feijão) e pecuária (bovinos, suínos e avícolas) (IPECE, 2015).

Nesta pesquisa, além dos agricultores, também foram consideradas pessoas com outras ocupações rurais, acima de 18 anos, compondo, assim, a ruralidade. Tal entendimento é respaldado por Abramovay (2000), que enfatiza que o rural não é definido apenas pela agricultura. Além disso, foi adotado um processo de amostragem apropriado para obter generalizações confiáveis.

Os questionários foram aplicados utilizando uma amostragem não probabilística por conveniência, considerando a disponibilidade dos respondentes para participação. Foram entregues Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para garantir a confidencialidade das informações. O questionário foi adaptado de principais fontes da área e consiste em blocos que avaliam o perfil financeiro, atitude financeira, comportamento financeiro e conhecimento financeiro dos respondentes. A última seção aborda o perfil socioeconômico e demográfico dos participantes, incluindo idade, gênero, escolaridade própria e dos pais, estado civil, ocupação, dependentes e renda própria e familiar (Potrich; 2016; OCDE, 2020; Shockey, 2002; O'Neill; Xiao, 2012; National Financial Capability Study – NFCS, 2013).

Inicialmente, foram calculadas estatísticas descritivas das variáveis para caracterizar a amostra e descrever o comportamento das pessoas em relação aos construtos pesquisados. Com o objetivo de traçar o perfil dos respondentes, foram calculadas as frequências. Em seguida, foi realizada a análise discriminante para mensurar o nível de alfabetização financeira da zona rural do município, formando três categorias: baixo nível de alfabetização financeira rural (BNAFR), médio nível de AFR (MNAFR) e alto nível de AF (ANAFR). Essas análises foram realizadas com o auxílio do software SPSS 21.0®. É relevante destacar que os valores utilizados, como a renda média, correspondem à época da aplicação da pesquisa (2022). Foram atualizados em 2023.

De acordo com a pontuação total obtida, os participantes foram classificados em baixo (inferior a 60%), médio (60% a 79% da pontuação máxima) ou alto (acima de 80%) nível de alfabetização financeira, conforme definido por Chen e Volpe (1998), com base em uma escala de 0% a 100%. Neste estudo, a alfabetização financeira é medida por um total de 18 questões que abrangem atitude financeira, comportamento financeiro e conhecimento financeiro. Com base na conjectura, constante na literatura internacional, foi estabelecida a seguinte hipótese: indivíduos residentes no meio rural têm baixo nível de alfabetização financeira.

A análise discriminante é uma técnica estatística utilizada para determinar quais variáveis são mais eficientes na diferenciação de grupos ou categorias pré-definidas. Esta busca encontrar uma função discriminante que maximize a separação entre os grupos, permitindo classificar novas observações com base nas variáveis selecionadas. Essa análise se refere à relação entre um conjunto de variáveis independentes quantitativas e uma variável dependente qualitativa, com mais de três classificações possíveis para a variável dependente, como baixo, médio e alto. Se houver apenas dois grupos, é chamada de Análise Discriminante Simples, enquanto em mais de dois grupos é chamada de Análise Discriminante Múltipla. Essa técnica também pode ser usada como uma ferramenta de validação ou confirmação de hipóteses levantadas. Neste sentido, a análise discriminante é considerada uma técnica robusta e efetiva, por se mostrar relativamente resistente à violação moderada de seus pressupostos que, quando presentes, não comprometem de forma substantiva a validade das estimativas, desde que os resultados sejam avaliados com cautela e comparados aos níveis-padrão de aplicação da técnica, garantindo confiabilidade às conclusões obtidas (Fávero *et al.*, 2009).

A equação geral do modelo discriminante é representada pela seguinte função (Equação 2):

$$D = b_0 + b_1X_1 + b_2X_2 + b_3X_3 + \dots + b_kX_k \quad (2)$$

em que D é o escore discriminante (variável dependente); b_0 é o intercepto; b_i é o coeficiente discriminante para cada variável explicativa; X é a variável independente; D é uma variável categórica; e $X_1, X_2, X_3, \dots, X_k$ são variáveis intervalares e/ou a razão (variáveis explicativas – pertencentes aos construtos da alfabetização financeira).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, são apresentados os resultados alcançados na aplicação da pesquisa e suas respectivas evidências e interpretações à luz da abordagem quantitativa empregada.

4.1 Caracterização do perfil socioeconômico, demográfico e financeiro da amostra

Após a distribuição da amostra, é importante caracterizá-la considerando aspectos como idade, gênero, escolaridade, estado civil, ocupação, dependentes e renda. A análise da variável idade foi dividida em quatro grupos, com base nos quartis da variável original. A estatística descritiva foi utilizada para calcular as frequências absolutas (FA) e relativas (FR) em cada questão. Os primeiros resultados dispõem-se na Tabela 1.

Tabela 1 – Descrição do perfil socioeconômico, demográfico e financeiro dos respondentes

Variáveis		FA	FR*
Idade média	43 anos	-	-
Idade (VSDF1)	Até 31 anos	49	28,0%
	32 a 41	39	22,3%
	42 a 53	45	25,7%
	Acima de 53	42	24,0%
Gênero (VSDF2)	Masculino	74	42,3%
	Feminino	101	57,7%

	Variáveis	FA	FR*
Estado civil (VSDF3)	Solteiro (a)	61	34,9%
	Casado (a)/ união estável	96	54,9%
	Separado (a)/ divorciado (a)/ viúvo (a)	18	10,3%
Dependentes (VSDF4)	Não	65	37,1%
	Sim	110	62,9%
Escolaridade própria (VSDF5)	Nunca estudou	19	10,9%
	Ensino fundamental	83	47,4%
	Ensino médio	52	29,7%
	Curso técnico	1	0,6%
	Graduação	16	9,1%
	Especialização ou MBA	1	0,6%
	Mestrado/ Doutorado/ Pós-doutorado	3	1,7%
Escolaridade mãe (VSDF6)	Nunca estudou	58	33,1%
	Ensino fundamental	105	60,0%
	Ensino médio	10	5,7%
	Curso técnico	-	-
	Graduação	1	0,6%
	Especialização ou MBA	1	0,6%
	Mestrado/ Doutorado/ Pós-doutorado	-	-
Escolaridade pai (VSDF7)	Nunca estudou	73	41,7%
	Ensino fundamental	96	54,9%
	Ensino médio	4	2,3%
	Curso técnico	-	-
	Graduação	2	1,1%
	Especialização ou MBA	-	-
	Mestrado/ Doutorado/ Pós-doutorado	-	-
Ocupação (VSDF8)	Agricultura Comercial (venda de produtos cultivados)	2	1,1%
	Agricultura de subsistência (Consumo próprio e familiar)	76	43,4%
	Aposentado (a)	16	9,1%
	Servidor (a) Público (a)	12	6,9%
	Funcionário (a) privado (a)	6	3,4%
	Autônomo (a)	42	24,0%
	Comércio	16	9,1%
	Não está trabalhando	5	2,9%
Renda média própria (VSDF9)	Até 1 salário-mínimo (R\$ 1.212,00)	150	85,7%
	De 1 a 3 salários-mínimos (R\$ 1.212,01 a R\$ 3.636,00)	24	13,7%
	De 3 a 6 salários-mínimos (R\$ 3.636,01 a R\$ 7.272,00)	1	0,6%
	De 6 a 9 salários-mínimos (R\$ 7.272,01 a R\$ 10.908,00)	-	-
Renda média familiar (VSDF10)	Até 1 salário-mínimo (R\$ 1.212,00)	97	55,4%
	De 1 a 3 salários-mínimos (R\$ 1.212,01 a R\$ 3.636,00)	73	41,7%
	De 3 a 6 salários-mínimos (R\$ 3.636,01 a R\$ 7.272,00)	5	2,9%
	De 6 a 9 salários-mínimos (R\$ 7.272,01 a R\$ 10.908,00)	-	-
Já solicitou algum empréstimo formal? (PF1)	Pronaf	5	2,9%
	Agroamigo	21	12,0%
	Crediamigo	55	31,5%
	Consignado	13	7,4%
	Todos acima	1	0,6%
	Nunca fiz	80	45,7%
Onde você MAIS aprendeu sobre gerenciar seu dinheiro? (PF2)	Com a família	28	16,0%
	De conversas com amigos	-	-
	Cursos	5	2,9%
	Revistas, livros, TV, rádio, podcasts	5	2,9%
	Minha experiência prática	100	57,1%
	Não possuo conhecimentos financeiros	37	21,1%

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nota: *Os percentuais correspondem ao percentual válido de respondentes. Não há amostra ausente.

Com base na Tabela 1, conclui-se que a maioria dos participantes é do gênero feminino (57,7%) e tem até 31 anos (28%). Em relação ao estado civil, a maioria é casada ou em união estável (54,9%), seguida dos solteiros (34,9%). Quanto aos dependentes, 62,9% dos respondentes têm dependentes, enquanto 37,1% afirmam não ter dependência. Outros aspectos discutidos incluem o nível de escolaridade dos participantes e de seus pais, que têm um impacto significativo na alfabetização financeira. Em relação à própria escolaridade, a maioria tem ensino fundamental (47,4%), seguido por ensino médio (29,7%), nunca estudaram (10,9%), graduação (9,1%), pós-graduação (1,7%) e curso técnico/especialização (0,6% cada). Em relação à escolaridade dos pais, a maioria afirma que tanto a mãe (60%) quanto o pai (54,9%) concluíram apenas o ensino fundamental, seguido por nunca terem estudado (33,1% e 41,7% respectivamente), ensino médio (5,7% e 2,3% respectivamente), graduação (0,6% e 1,1% respectivamente) e especialização (apenas as mães com 0,6%).

De acordo com Pereira e Castro (2021), o acesso à educação de qualidade no Brasil apresenta diferenças significativas entre áreas rurais e urbanas. A educação rural possui indicadores defasados em comparação com a urbana, o que é corroborado pelos resultados deste estudo em relação à escolaridade dos participantes. Na zona rural de Capistrano, há uma parcela significativa de jovens que nunca estudaram ou concluíram apenas o ensino fundamental. No que diz respeito à ocupação, a agricultura de subsistência é predominante, seguida por autônomos, aposentados, comércio, serviço público, emprego privado e agricultura comercial. A renda média dos participantes é predominantemente de até um salário-mínimo, tanto no contexto individual quanto familiar, com uma grande parte proveniente da agricultura e a maioria do gênero feminino.

Os resultados da análise financeira do perfil dos participantes mostram que a maioria nunca solicitou empréstimos formais (45,7%), enquanto a maioria aprendeu sobre gestão financeira empiricamente (57,1%), seja por meio de experiências cotidianas ou da família, com poucos tendo aprendido por meio de cursos/revistas/livros/TV/rádio/podcasts. De acordo com Aggarwal et al. (2014), a alfabetização financeira é crucial para a inclusão e estabilidade financeira, pois aumenta a conscientização e compreensão dos serviços financeiros, como o crédito, que podem aumentar a demanda. Os resultados mostram que cerca de 46% da amostra nunca acessou serviços relacionados ao crédito, possivelmente devido à falta de educação financeira especializada ou conhecimento financeiro. Tais resultados evidenciam a necessidade de investimentos em educação e desenvolvimento econômico para melhorar as condições de vida da população rural.

4.2 Análise e mensuração do nível de alfabetização financeira rural – AFR

A técnica de análise discriminante foi utilizada para distinguir amostras, classificar os participantes dentro dos seus respectivos grupos considerados e explanar as possíveis diferenças existentes. *A priori*, foram avaliados três grupos formados (baixo, médio e alto nível de AFR) com base nas variáveis de comportamento financeiro e atitude financeira. Foram testados 175 participantes. Os resultados podem ser visualizados na Tabela 2, onde têm-se os valores da média e do desvio-padrão de cada variável explicativa em cada um dos grupos formados pelas respostas dos residentes rurais de Capistrano - Ceará.

Tabela 2 – Medidas descritivas das variáveis de cada grupo

Var.	Grupo 1 (BNAFR) N = 18 (10,29%) Baixo Nível de AFR		Grupo 2 (MNAFR) N = 81 (46,29%) Médio Nível de AFR		Grupo 3 (ANAFR) N = 76 (43,43%) Alto Nível de AFR		Sig.
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	
ATIT1	3,33	1,609	2,59	1,243	3,75	1,318	0,000
ATIT2	1,61	0,850	3,30	1,066	3,68	1,378	0,000
ATIT3	2,33	1,328	2,90	1,136	3,59	1,338	0,000
ATIT4	2,39	1,614	3,48	0,963	3,82	1,392	0,000
Média/%	2,41	48,2%	3,067	61,34%	3,71	74,2%	

Var.	Grupo 1 (BNAFR) N = 18 (10,29%) Baixo Nível de AFR		Grupo 2 (MNAFR) N = 81 (46,29%) Médio Nível de AFR		Grupo 3 (ANAFR) N = 76 (43,43%) Alto Nível de AFR		Sig.
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	
Média/%		3,06			61,2% (Nível Mediano de AFR)		
COMP1	1,00	0,000	2,67	1,508	2,63	1,735	0,000
COMP2	1,56	1,338	4,69	0,605	4,71	0,727	0,000
COMP3	2,94	1,765	2,65	1,247	3,46	1,587	0,003
COMP4	3,39	1,577	4,14	0,997	4,76	0,671	0,000
COMP5	3,56	1,542	3,48	1,343	2,99	1,732	0,099
COMP6	3,94	1,552	4,23	1,238	4,21	1,330	0,736
COMP7	3,06	1,955	1,38	0,995	4,80	0,731	0,000
COMP8	1,61	1,092	1,28	0,597	2,67	1,636	0,000
Média/%	2,63	52,6%	3,06	61,2%	3,77	75,4%	0,000
Média/%		3,15			63% (Nível Mediano de AFR)		0,000

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nota: Significância Estatística: $P < 0,05$; $P < 0,01$; $P < 0,001$.

De acordo com os resultados, foi constatado que os grupos 1, 2 e 3 são formados por 18, 81 e 76 respondentes, respectivamente. Foi seguido o critério de decisão adotado por Jobim e Losekann (2015) e OCDE (2020), em que, após a estimação da média correspondente a cada variável, deve ser realizada uma média aritmética total referente ao construto analisado e, posteriormente, dividir pela quantidade de variáveis correspondentes aos construtos atitude e comportamento financeiros, com o objetivo de classificá-los como detentores de baixo, médio e alto nível de AFR. Comprovou-se que, de modo geral, os respondentes apresentam atitudes e comportamentos financeiros regulares (61,2% e 63%, respectivamente).

O primeiro teste analisado, para validação dos grupos formados, teve como objetivo verificar se as médias dos grupos são estatisticamente iguais, o que indicaria que as variáveis não explicam a diferenciação entre os grupos. A estatística Lambda de Wilks e o teste ANOVA foram utilizados para identificar as variáveis com maior poder de discriminação entre os agrupamentos. Valores menores de Lambda de Wilks indicam maior poder discriminatório, enquanto o teste ANOVA aponta as variáveis com poder discriminatório significativo a um nível de 5%. Com o objetivo de verificar a distribuição normal da população pesquisada, foi aplicado o teste de normalidade univariada de Kolmogorov-Smirnov (K-S), recomendado para populações que possuem acima de 30 observações, sendo considerado o nível de significância de 5% (Fávero *et al.* 2009). As análises dispõem-se na Tabela 3.

Tabela 3 – Teste de igualdade de médias e teste K-S entre os grupos

Variáveis	Teste K-S	Lambda de Wilks	F	df1	df2	Sig.
Zscore: ATIT1	0,212	0,849	15,320	2	172	0,000
Zscore: ATIT2	0,286	0,797	21,904	2	172	0,000
Zscore: ATIT3	0,200	0,894	10,241	2	172	0,000
Zscore: ATIT4	0,314	0,899	9,708	2	172	0,000
Zscore: COMP1	0,295	0,903	9,281	2	172	0,000
Zscore: COMP2	0,415	0,383	138,269	2	172	0,000
Zscore: COMP3	0,170	0,935	6,024	2	172	0,000
Zscore: COMP4	0,334	0,824	18,390	2	172	0,000
Zscore: COMP5	0,226	0,973	2,347	2	172	0,099
Zscore: COMP6	0,401	0,996	0,307	2	172	0,736
Zscore: COMP7	0,303	0,285	214,206	2	172	0,000
Zscore: COMP8	0,355	0,763	26,662	2	172	0,000
Teste Kolmogorov-Smirnov		Estatística P-valor < 0,001			Normalidade Não	

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nota: Significância Estatística: $P < 0,05$; $P < 0,01$; $P < 0,001$.

De acordo com os resultados, constata-se que as variáveis COMP2 e COMP7 são as que melhor discriminam os grupos analisados (0,383 e 0,286, respectivamente). Evidencia-se, por ser oportuno, que foram essas variáveis que mais contribuíram com a mensuração da AFR dos respondentes, destacando, assim, a relevância destas para a diferenciação dos grupos. O fato foi corroborado pela estatística ANOVA, que aponta todas as variáveis pertencentes ao construto atitude financeira como significativas ($P < 0,001$); e seis, de oito variáveis, do construto comportamento financeiro ($P < 0,01$). As variáveis COMP5 e COMP6 não exibiram resultados significantes, indicando que estas não denotam relevância para a discriminação entre os grupos, portanto, não foram consideradas para a interpretação nas análises seguintes.

Em seguida, o próximo teste realizado é a estatística Box's M, em que é verificada a hipótese nula de que as matrizes de variâncias e covariâncias das populações são estatisticamente iguais, sendo um dos pressupostos para o modelo da função discriminante linear. Caso a hipótese nula seja rejeitada, adota-se a função quadrática discriminante de Fisher. O teste é apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Estatística/ teste Box's M

Box's M	234,793
F aprox.	3,756
df1	56
df2	7702,325
Sig.	0,000

Fonte: Elaboração própria (2023).

Uma vez que os resultados ressaltaram uma significância de F menor do que 5%, a hipótese nula é rejeitada, concluindo-se que há significância das diferenças observadas. *Ex-postis*, foi utilizada a função quadrática discriminante de Fisher. O teste Box's M é influenciado pelo tamanho amostral e pelas diferenças de tamanho entre os grupos da amostra, sendo sensível, ainda, à quebra do pressuposto da normalidade multivariada.

Os resultados indicam que nenhuma variável explicativa segue a distribuição normal, portanto, o teste da análise multivariada também mostraria comportamento não normal. Cabe ressaltar que as variáveis consideradas foram selecionadas com base na literatura que trata sobre a análise e a mensuração da alfabetização financeira, sendo relevante considerá-las para não ocorrer perda de informações. Após a identificação das variáveis discriminatórias, foram determinadas as funções discriminantes para os grupos formados da zona rural, por meio dos autovalores e os testes Lambda de Wilks e o Qui-quadrado (Tabelas 5 e 6).

Tabela 5 – Funções discriminantes – Autovalores

Função	Valor próprio	% de variância	% cumulativa	Correlação canônica
1	3,608 ^a	58,8	58,8	0,885
2	2,523 ^a	41,2	100,0	0,846

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nota: As primeiras duas funções discriminantes canônicas foram usadas na análise.

De acordo com as raízes características, foram geradas duas funções discriminantes, pois a variável dependente comporta três grupos ($D = \text{três grupos}$). A primeira função explica 58,8% da variância dos dados, enquanto a outra 41,2%, mostrando, ainda, a correlação canônica, ao apontar que o modelo conduz a explicar 78% da classificação de um elemento em um dos grupos.

Tabela 6 – Significância das equações estimadas

Teste de funções	Lambda de Wilks	Qui-quadrado	df	Sig.
1	0,062	464,054	24	0,000
2	0,284	209,678	11	0,000

Fonte: Elaboração própria (2023).

Os resultados, dispostos na Tabela 6, demonstraram que as duas funções são estatisticamente relevantes para separar os grupos em nível de 1% de significância, indicando que dez variáveis, de um total

de doze, relacionadas aos construtos atitude financeira e comportamento financeiro, discriminam corretamente os grupos formados de residentes na zona rural. As correlações entre os escores discriminantes e as variáveis estão descritas na Tabela 7.

Tabela 7 – Coeficientes de funções discriminantes canônicas padronizadas

Variáveis	Função	
	1	2
ATIT1	0,213	-0,262
ATIT2	0,317	0,332
ATIT3	-0,005	0,257
ATIT4	0,114	0,222
COMP1	0,100	0,114
COMP2	0,278	0,879
COMP3	0,159	-0,075
COMP4	0,078	0,097
COMP7	0,815	-0,390
COMP8	0,446	0,056

Fonte: Elaboração própria (2023).

Os coeficientes padronizados são os pesos discriminantes e são utilizados para avaliar a relevância relativa de cada variável explicativa analisada para a função discriminante. De acordo com os resultados, a primeira função tem maior relação com as variáveis COMP7, COMP8, COMP4, ATIT1, ATIT3 e COMP3. Já a segunda está relacionada às variáveis COMP2, ATIT2, COMP1 e ATIT4.

Outro teste realizado examinou a capacidade da função discriminante obtida em classificar corretamente os componentes dos três grupos, ou seja, confirmar a alocação de cada um nos grupos de baixo, médio e alto nível de AFR (Tabela 8).

Tabela 8 – Resultados de classificação dos grupos formados

	Grupos	Associação ao grupo prevista			Total
		1	2	3	
Contagem	BNAFR	16	1	1	18
	MNAFR	0	76	5	81
	ANAFR	0	3	73	76
%	BNAFR	88,9	5,6	5,6	100,0
	MNAFR	0,0	93,8	6,2	100,0
	ANAFR	0,0	3,9	96,1	100,0

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nota: 94,3% dos casos originais foram classificados corretamente.

De acordo com os resultados, dispostos na Tabela 8, a adequabilidade do modelo relativamente à classificação foi satisfatória, demonstrando que 94,3% dos agrupados foram classificados corretamente em seus respectivos grupos/categorias. Nota-se que, mesmo com a significância encontrada na estimação do teste de homogeneidade das matrizes de covariância (em decorrência da distribuição amostral dos grupos) e do teste indicando a não normalidade dos dados, as funções discriminantes encontradas alcançaram resultados eficientes.

Na sequência, foi analisado o construto conhecimento financeiro dos participantes, com apoio no índice de classificação de Chen e Volpe (1998), que teve por base um conjunto de seis questões de múltipla escolha. De tal modo, verificou-se, também, o desempenho dos participantes em relação ao construto analisado. A seguir, mostram-se a média e as demais medidas de tendência central e variabilidade referentes (Tabela 9).

Tabela 9 – Análise do construto conhecimento financeiro

	CONH1	CONH2	CONH3	CONH4	CONH5	CONH6
N	175	175	175	175	175	175
Omisso	0	0	0	0	0	0
Média	0,377	0,040	0,514	0,406	0,789	0,891
Mediana	0	0	1	0	1	1
Moda	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	1,00
DP	0,486	0,197	0,501	0,492	0,409	0,312
Corretas	66	7	90	71	138	156
Incorretas	109	168	85	104	37	19
	Q^{de} de acertos			Desempenho (%)		
BNAFR (18)			8			46,16
MNAFR (81)			43			53,66
ANAFR (76)			36			47,83

Fonte: Elaboração própria (2023).

Analisando a Tabela 9, destacam-se as variáveis CONH5 e CONH6, com médias de 0,789 e 0,891, respectivamente, em que foram identificadas respostas de médio e alto nível de conhecimento financeiro, ambas referentes à divisão simples e informação básica sobre inflação. Com efeito, o desempenho alcançado foi de 3,017 de um total de seis variáveis, fato significativo de que os respondentes acertaram apenas 50,28% das questões propostas, confirmando baixo nível de conhecimento financeiro (pontuação abaixo de 60%).

Constata-se, com efeito, que o modelo de mensuração da alfabetização financeira consiste em três *proxies*: atitude financeira, comportamento financeiro e conhecimento financeiro, seguindo as diretrizes propostas pela OCDE. A maioria dos autores dessa área de estudo concordam que a alfabetização financeira é a combinação desses três construtos e, portanto, não deve ser tratada isoladamente. A OCDE (2020) propõe que a pontuação geral em AF seja obtida por meio da soma das três médias formadas, assumindo qualquer valor dentro da quantidade de questões consideradas (multiplicar por 100 e, posteriormente, dividir pela quantidade de questões) (Atkinson; Messy, 2012; OCDE, 2020; Agarwalla *et al.*, 2012). A seguir, está contida na Tabela 10 a mensuração unificada da alfabetização financeira da zona rural do município sob exame.

Tabela 10 – Mensuração geral – alfabetização financeira rural – AFR

	Médias finais
Atitude financeira	3,06
Comportamento financeiro	3,15
Conhecimento financeiro	0,5028
Alfabetização financeira rural	6,71
%	37,3

Fonte: Elaboração própria (2023).

A modo de remate, foi constatado que os respondentes rurais apresentam atitudes e comportamentos financeiros de nível intermediário (entre 60% e 79%) e conhecimento financeiro de nível baixo (abaixo de 60%). Em suma, ao analisar as três *proxies* em conjunto, verificou-se que os entrevistados possuem um baixo nível de alfabetização financeira rural, com resultados abaixo de 60% (37,3%), confirmando a hipótese deste estudo, que sugere que os indivíduos que residem em áreas rurais possuem um baixo nível de AF.

Tais resultados podem ser justificados por questões históricas intrínsecas à vida rural, como baixos níveis educacionais, renda limitada, falta de acesso a serviços financeiros, menor disponibilidade de oportunidades de aprendizado e menor exposição a conceitos financeiros. Em adição, comprovou-se ainda que a maioria dos participantes apresentou atitudes e conhecimento financeiro inadequados, porém, seus comportamentos financeiros foram favoráveis em grande parte, provavelmente devido à

aprendizagem empírica. No entanto, é importante ressaltar que o conhecimento empírico não garante bons resultados comportamentais, destacando a necessidade de ações efetivas para combater o analfabetismo financeiro nas áreas rurais (Potrich, 2016).

Essa constatação é consistente com estudos internacionais, como o de Zhang e Xiong (2020), que também identificaram um baixo nível de alfabetização financeira entre os residentes da China rural. Nesse sentido, torna-se relevante implementar programas de educação financeira específicos para a zona rural, como *workshops*, palestras e materiais educativos acessíveis, visando capacitar os moradores em questões financeiras básicas, como orçamento, poupança e investimentos de baixo risco.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias atuais, há uma crescente demanda por autonomia e responsabilidade financeira por parte da sociedade. Diante disso, faz-se necessária a conscientização sobre a importância da alfabetização financeira em todas as esferas sociais, incluindo o meio rural, onde há particularidades a serem consideradas. A promoção da educação financeira para todos os cidadãos, especialmente aqueles que vivem no meio rural, a fim de capacitá-los a tomar decisões financeiras conscientes e responsáveis, contribui para um desenvolvimento econômico e social mais equilibrado.

Logo, com o estudo ora relatado, o intuito é progredir ao analisar o nível de alfabetização financeira das pessoas que residem na zona rural de Capistrano, no interior do Ceará. Para essa análise, foram estabelecidos três grupos, sendo baixo, médio e alto nível de alfabetização financeira, conforme definido pela literatura. Foi constatado que a zona rural do Município de Capistrano apresenta um baixo nível de alfabetização financeira, com menos de 60% dos participantes da amostra atingindo esse patamar.

Por se cuidar, *in hoc sensu*, de um tema complexo, sugere-se a implementação de estratégias metodológicas e políticas públicas direcionadas ao perfil das pessoas que vivem no campo, levando em consideração suas atitudes, comportamentos e conhecimentos financeiros, incluindo programas de capacitação de educadores para mediação de conceitos básicos de forma eficaz, além do desenvolvimento de cursos específicos de educação financeira para a população rural. É importante também incluir a educação financeira no currículo escolar como disciplina una e obrigatória e promover parcerias entre órgãos públicos, privados e ONGs para incentivar a participação em programas de capacitação financeira. Campanhas de conscientização também são uma estratégia viável para abordar a importância da alfabetização financeira adaptada à realidade rural. Além disso, parcerias com instituições financeiras locais podem facilitar o acesso a serviços bancários e incentivar práticas financeiras saudáveis (inclusão financeira). Nesse sentido, salienta-se a relevância de considerar as especificidades analisadas para adaptar as estratégias.

A demanda que se finda de relatar, como sempre acontece, contém algumas limitações, como em um exemplo, o fato de incluir a abrangência restrita a uma única área rural, salientando-se a necessidade de expandir o estudo para outros espaços rurais. Além disso, destaca-se a carência de estudos sobre alfabetização financeira no meio rural. Sugere-se para estudos futuros a investigação de amostras mais amplas em diferentes territórios rurais, levando em consideração as especificidades rurais, como agricultores familiares e mulheres rurais, para abordar a diversidade presente na ruralidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n. 702. 2000. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2360/1/TD_702.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

AGARWALLA, S. K.; BARUA, S.; JACOB, J.; VARMA, J. R. A survey of financial literacy among students, young employees and the retired in India. **Retrieved February**, Índia, v. 26. 2012. Disponível em: <https://faculty.iima.ac.in/iffm/literacy/youngemployessandretired2012.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

AGGARWAL, N.; GUPTA, M.; SINGH, S. Financial literacy among farmers: empirical evidence from Punjab. **Pacific Business Review International**, Punjab, v. 6, n. 7. 2014. Disponível em: https://www.pbr.co.in/2014/2014_month/jan/4.pdf. Acesso em: 2 jun. 2022.

ATKINSON, A.; MESSY, F. Measuring financial literacy: results of the OECD. **International Network on Financial Education (INFE) pilot study**, n. 15. 2012. Disponível em: <https://www.mfcr.cz/assets/en/media/20120514-Measuring-Financial-Literacy-Results-of-the-OECD-International-network-on-Financial-Education-INFE-Pilot-Study.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2010.

BRASIL. **Decreto n.º 10.393, de 9 de junho de 2020**. Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jun. 2020.

CHEN, H.; VOLPE, R. P. An analysis of personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**, v. 7, n. 2, p. 107-128. 1998. [https://doi.org/10.1016/S1057-0810\(99\)80006-7](https://doi.org/10.1016/S1057-0810(99)80006-7)

DANES, S. M.; HIRA, T. K. Money management knowledge of college students. **Journal of Student Financial Aid**, v. 17, n. 1, p. 4-16. 1987. <https://doi.org/10.55504/0884-9153.1435>

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 646 p.

FAZIO, R. H.; EISER, J. R.; SHOOK, N. J. Attitude formation through exploration: valence asymmetries. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 87, p. 293-311. 2004. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0022-3514.87.3.293>

FERRARO, A. R. Alfabetização Rural no Brasil na Perspectiva das Relações Campo-Cidade e de Gênero. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 943-967, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/6fy4Bw8wVKnnXvJbgy5cvrj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 1 jun. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p.

GRABLE, J. E.; JOO, S. H. Student racial differences in credit card debt and financial behaviors and stress. **College Student Journal**, v. 40, n. 2, p. 400-408. 2006. Disponível em: <http://fppperformancelab.org/wp-content/uploads/Student-Racial-Differences-in-Credit-Card-Debt-and-Financial-Behaviors-and-Stress.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2022.

HUNG, A. A.; PARKER, A. M.; YOONG, J. Defining and measuring financial literacy. **Social Science Research**, n. 708. 2009. Disponível em: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/working_papers/2009/RAND_WR708.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316. 2010. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=2310100>. Acesso em: 11 jun. 2022.

IPECE - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. As regiões de planejamento do Estado do Ceará. **Textos para discussão**. Fortaleza, n. 111. 2015. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_111.pdf. Acesso em: 3 mar. 2022.

JOBIM, S. S. A.; LOSEKANN, V. L. Alfabetização Financeira: mensuração do comportamento e conhecimento financeiros dos universitários da universidade da região da Campanha, Rio Grande do Sul. *Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 28, n. 2, p. 125-139, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/18835>. Acesso em: 10 abr. 2022.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy around the world: an overview. *PEF*, v. 10, n. 4, p. 497-508. 2011. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1810551. Acesso em: 11 jun. 2022.

MATTA, R. O. B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal**. 2007. 214 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/5293>. Acesso em: 1 jun. 2022.

NASCIMENTO, J. C. H. B.; MACEDO, M. A. S.; SIQUEIRA, J. R. M.; BERNARDES, J. R. Alfabetização financeira: um estudo por meio da aplicação da teoria de resposta ao item. *Administração: ensino e pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 147-175, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/341>. Acesso em: 2 mar. 2022.

NATIONAL FINANCIAL CAPABILITY STUDY (NFCS). Financial capability in the United States. Report of findings from the 2012. FINRA, 2013. Disponível em: https://www.usfinancialcapability.org/downloads/NFCS_2012_Report_Natl_Findings.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.

NESI, H. N. **Educação financeira para jovens do campo**. Monografia (Licenciatura em informática) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Francisco Beltrão, 2021. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/25054/1/educacaofinanceirajovens.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

O'NEILL, B.; XIAO, J. Financial behaviors before and after the financial crisis: evidence from an online survey. *Journal of Financial Counseling and Planning*, Island, v. 23, n. 1, p. 33-46. 2012. Disponível em: https://digitalcommons.uri.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1002&context=hdf_facpubs. Acesso em: 5 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recomendação do conselho sobre alfabetização financeira**. OECD/LEGAL/046. 2020. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/api/download/?uri=/public/3fa1d4e1-e147-46f4-83bc-d9d6615e066d.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. Educação no meio rural: diferenciais entre o rural e o urbano. **Texto para discussão**, Brasília, n. 2632, mar. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/b60bb36b-80bf-44dc-8a02-7b90a809ac4d/content>. Acesso em: 14 fev. 2022.

PONTARA, A. Educação financeira como proposta fundamental para a melhoria do desenvolvimento da agricultura familiar brasileira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO. v. 11, n. 1, Ourinhos. **Anais ...** Ourinhos: FATEC, out. 2019. p. 189-197. Disponível em: https://www.fatecourinhos.edu.br/anais_sintagro/index.php/anais_sintagro/article/view/5. Acesso em: 5 jul. 2022.

POTRICH, A. C. G. **Alfabetização financeira: relações com fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas e demográficas**. Orientadora: Kelmara Mendes Vieira. 2016. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/12330>. Acesso em: 1 maio 2022.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M. KIRCH, G. Você é alfabetizado financeiramente? Descubra no termômetro de alfabetização financeira. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, Rio Grande do Sul, v. 13, n. 2, p. 153-170, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/base/article/view/base.2016.132.05>. Acesso em: 2 mar. 2022.

REIS, M. V. S. **Alfabetização financeira e ruralidade no município de Capistrano-Ceará**. 2023. 86 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/71312>. Acesso em: 1 jun. 2022.

REMUND, D. L. Financial literacy explicated: the case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 276-295. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01169.x> Acesso em: 10 jun. 2022.

ROBB, C. A.; BABIARZ, P.; WOODYARD, A. The demand for financial professionals' advice: the role of financial knowledge, satisfaction, and confidence. **Financial Services Review**, v. 21, n. 4, p. 291-305. 2012. Disponível em: <https://www.ssc.wisc.edu/~carobb/wp-content/uploads/2016/08/FSR-2012.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

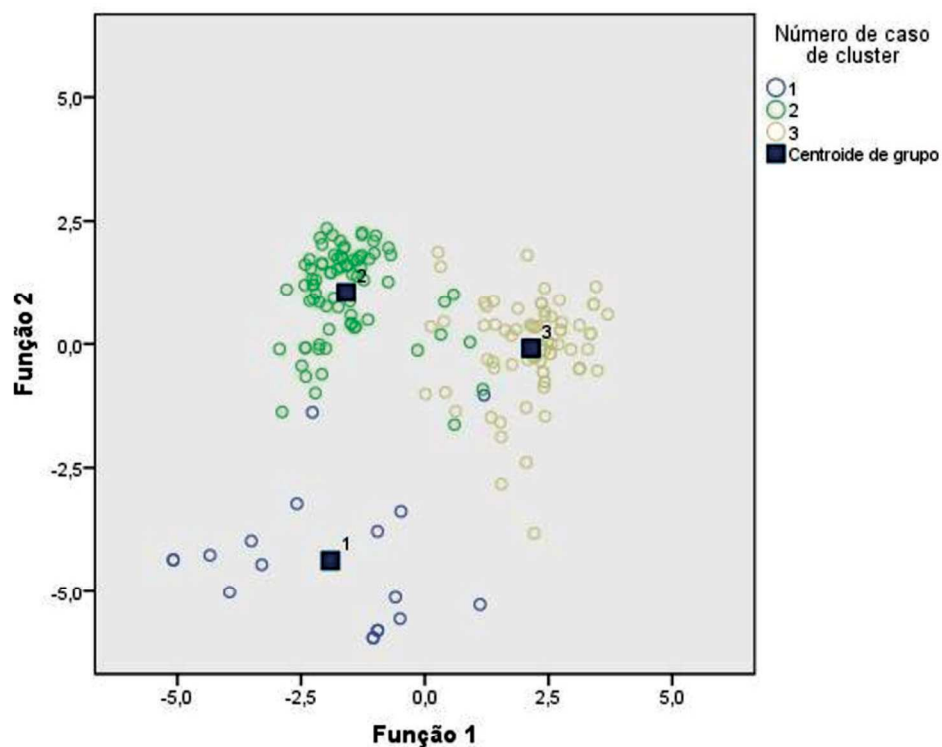
SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, nov./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SHOCKEY, S. S. **Low-wealth adults financial literacy: money management behavior and associates factors, including critical thinking**. 2002. Tese (Doutorado em Filosofia) - University of Utah, United States, 2002. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/52e3083bb80609e66d00afed5a090713/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>. Acesso em: 12 abr. 2022.

ZHANG, H.; XIONG, X. Is financial education an effective means to improve financial literacy? Evidence from rural China. **Agricultural Finance Review**, China, v. 80, n. 3, p. 305-320. 2020. <https://doi.org/10.1108/AFR-03-2019-0027>

APÊNDICE A – FUNÇÕES DISCRIMINANTES CANÔNICAS

Figura A.1 – Classificação dos grupos formados



Fonte: Elaboração própria a partir das estimativas com o uso do software SPSS 21.0® (2023).